

## Artigo

### **Perfil dos cursos *lato sensu* em Sociologia no Brasil: um estudo quantitativo exploratório**

Ricardo Cortez Lopes\*

#### **Resumo**

O presente artigo se propõe a uma investigação exploratória do perfil dos cursos de pós-graduação *lato sensu* em Sociologia no Brasil, com o objetivo de buscar regularidades sobre a oferta, distribuição e organização dessa modalidade no país. Dessa maneira, realizamos um estudo de abordagem quantitativa, com a análise dos casos coletados pela perspectiva teórica de uma sociologia profissional. A partir de algumas variáveis (Região, Estado, Número total de Pós, Instituição, Modalidade, Pública/Privada, Site e Grade Curricular), procedemos a construção de um banco de dados, do qual se originou uma análise por estatística descritiva. Os resultados apontaram que o perfil desse curso se configura pela modalidade EAD, sendo oferecido, surpreendentemente, por instituições privadas e com a duração mínima coincidente com a prevista em lei. As suas grades curriculares indicaram uma aproximação do conteúdo proposto com o conceito de sociologia profissional na medida em que os conteúdos se focam em assuntos ligados à cidadania, o que os aproxima dos interesses do Terceiro Setor.

**Palavras-Chave:** Pós-graduação *lato sensu* em sociologia. Sociologia profissional. Especialização.

#### **Profile of *lato sensu* courses in Sociology in Brazil: an exploratory quantitative study**

#### **Abstract**

This article proposes an exploratory investigation of the profile of *lato sensu* postgraduate courses in Sociology in Brazil, with the aim of seeking regularities about the offer, distribution and organization of this modality in the country. In this way, we carried out a study with a quantitative approach, with the analysis of the cases collected from the theoretical perspective of a professional sociology. Based on some variables (Region, State, Total number of Graduates, Institution, Type, Public/Private, Site and Curricular Grid), we proceeded to build a database, from which an analysis by descriptive statistics originated. The results showed that the profile of this course is configured by the distance learning modality, being offered, surprisingly, by private institutions and with the minimum duration coinciding with that provided by law. Its curriculum grids indicated an approximation of the proposed content with the concept of professional sociology insofar as the contents focus on issues related to citizenship, which brings them closer to the interests of the Third Sector.

**Keywords:** Lato sensu post-graduation in sociology. Professional sociology. Specialization.

\*\* Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [rshicardo@hotmail.com](mailto:rshicardo@hotmail.com)

**A**s especializações são um tipo de pós-graduação que costumam ser muito procuradas para aprofundamento em tópicos ou atualização profissional por parte de indivíduos já portadores de diploma de graduação. No campo da sociologia em específico, essa assertiva é mais verdadeira, pois as atividades mais usuais, a educação e a pesquisa, usualmente precisam de mais qualificação do que a graduação (SCHWARTZMAN, 1995; TORINI, 2012; BRAGA, 2011).

Para essas atividades, portanto, nem sempre o nível da graduação em ciências sociais ou sociologia é o suficiente para adentrar no mercado de trabalho, de modo que se estabelece certa necessidade de qualificação: “para os sociólogos que estão atuando concretamente em instituições e empresas fora do mundo acadêmico, sabe-se que é na qualificação profissional que se fortalece a capacidade de atuação crítica” (BALTAR, 2017, p.259). Um dos meios de aumento dessa "proficiência profissional" seria pelos cursos de pós-graduação, dada a verve acadêmica da área – em outras, por exemplo, cursos livres. Isso fica evidente pela própria definição do que é um sociólogo no Brasil é, basicamente, bem definida desde a década de 1980:

A profissão de sociólogo está estabelecida na Lei n.º 6.888, de 10 de dezembro de 1980. São atividades do sociólogo o planejamento e a execução de pesquisas socioeconômicas, culturais e organizacionais, o levantamento sistemático de dados para subsidiar diagnósticos e a análise de programas em várias áreas (educação, trabalho, promoção social e outros). Também são atividades do sociólogo a assessoria e a prestação de consultorias a empresas, órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades e associações. Embora existam esforços para a regulação da profissão, principalmente por parte da Federação Nacional dos Sociólogos (FNS) e alguns sindicatos estaduais, ainda não há uma delimitação efetiva para o campo de trabalho profissional do sociólogo. O empenho da FNS para a criação

do Conselho Nacional de Sociologia é um passo importante para a regulação e fortalecimento da profissão (BALTAR, 2013, s/p).

Como podemos perceber, o sociólogo também pode conduzir pesquisas socioeconômicas e consultorias. Logo, o campo da pesquisa (com as suas ferramentas) é bastante necessário, o que justificaria um amadurecimento por via de um maior tempo de formação e um aprofundamento de contextos sociais e de ferramentas de pesquisa.

Assim, pós-graduações *strictu sensu* (mestrado e doutorado) na área da sociologia ou na educação (mestrado profissional)<sup>1</sup> são geralmente as mais procuradas por esses profissionais, e uma particularidade dessas duas modalidades de cursos é que seus custos *tendem* a ser financiados pela educação pública, seja via crédito estudantil, seja via oferta pública de bolsas de estudo. Um outro caminho para cursar uma pós-graduação é a modalidade de *lato sensu*, cujos cursos são voltados para a prática profissional, e que não costumam ser financiados publicamente e, também por essa razão, não são usualmente ofertados de maneira gratuita.

A partir dessa delimitação, o objetivo do presente estudo é investigar, de maneira exploratória, o perfil desses cursos oferecidos no Brasil, observando onde são ofertados e que conteúdos são ofertados para seus alunos e interessados. Assim, pretendemos verificar o *lato sensu* em sociologia no Brasil enquanto educação de pós-graduação para o exercício profissional em sociologia, ou uma sociologia profissional (BURAWOY, 2009).

Para esse intento, selecionamos cursos, via pesquisa em motores de busca, segundo os seguintes critérios: oferecidos no Brasil, excluindo-se os de ensino de sociologia (pois estes são voltados para o ensino básico) e mestrados profissionais (também voltados para o ensino básico, assim como também excluimos as complementações pedagógicas (por, atualmente, serem consideradas graduações também). Ressaltamos que não existe um Censo consolidado sobre quantos cursos são, média de Carga Horária, instituições que os oferecem, etc., daí o porquê de nosso interesse acerca dessa questão.

O percurso desse texto se estruturará da seguinte maneira: na metodologia, apresentaremos as ferramentas quantitativas e o modo como chegamos aos dados; no referencial teórico vamos localizar o estudo e discutir os conceitos de “sociologia profissional” a partir de Burawoy (2009), Braga (2011) e Bourdieu (1983); posteriormente, vamos analisar o panorama dos cursos de especialização *latu senso* em sociologia; por fim, analisaremos os resultados e apresentaremos conclusões a partir deles, abrindo flancos para discussões futuras.

## Metodologia

Este estudo é de caráter quantitativo e funcionou a partir da montagem de um banco de dados, do qual extraímos a análise de estatística descritiva, composta de contagem, comparação e cruzamento, seguindo as definições de Gil (2008)<sup>2</sup>, constituindo-se as variáveis de estudo estão descritas a seguir. Por outro lado, também é um estudo exploratório, na medida em que foi realizada uma análise descritiva dos cursos de pós *latu sensu*, sendo montado um banco de dados a respeito como consequência, já que o governo não disponibiliza essa informação de maneira censitária.

Desta forma, em um primeiro momento, procedemos a busca no motor de buscas *Google* pelos termos "pós-graduação+estado+sociologia+lato sensu+especialização"<sup>3</sup> – a opção por esse procedimento foi por certo *feeling* do UX Design: essas são as palavras que os interessados nesses cursos digitariam, o que faz com que essas instituições sejam as mais conhecidas e acessíveis socialmente. Cada estado teve, na média, 7 páginas de resultados, dos quais extraímos casos para o banco de dados. Colhemos os dados por via da saturação (DANTAS, LEITA, LIMA, STIPP, 2009) - o que se tornou, adicionalmente, um dado de pesquisa, dado que são poucas IES que oferecem cursos para a grande amplitude do território nacional. Após a montagem do banco, iniciamos a análise estatística, com o fito de traçar tendências e promover cruzamentos.

A análise foi realizada com base em algumas variáveis<sup>4</sup>, as quais estão descritas na tabela 1:

**Tabela 1**

Variável	Descritor
Região	Qual região brasileira em que a IES está sediada?
Estado	Qual o estado da federação ao qual pertence a IES?
Número total de Pós	Qual o número total de pós encontradas nos Estados?
Instituição	EAD, Presencial, Remoto ou Híbrido?
Modalidade	Nome da instituição
Pública/Privada	O financiamento da IES é público ou privado?
Site	Qual a URL na qual o curso foi encontrado?
Grade Curricular	Quais matérias compõem a grade curricular?

**Fonte: autoria própria.**

A última variável desse banco foi utilizada para entendermos aquilo que é recorrência de determinadas problemáticas/temas/autores/teorias, e tentar relacioná-las com o que se entende ou se entendeu por "perfil profissional da sociologia". Assim, alocamos em células individuais as grades curriculares disponibilizadas no site. Posteriormente, contamos a recorrência das disciplinas e, assim, montamos um panorama do que é mais abordado, de uma perspectiva da educação – foram encontradas 19 grades e cargas horárias, das quais se tomou médias e detecção de modas para tornar essas informações dados de pesquisa. Isso possibilitou reflexões também epistemológicas sobre a proposta desse ensino.

Por meio dessas variáveis, conseguimos promover um contorno do fenômeno. Porém, para conferir-lhe uma abordagem significativa, será essencial enquadrá-lo teoricamente, produzindo-se uma explicação de maior alcance.

## A sociologia profissional

O referencial teórico a ser operacionalizado na presente pesquisa foi arquitetado a partir das ideias dos seguintes autores: Burawoy (2009, 2006), Braga (2011) e Bourdieu (1983). Pretendemos, na presente seção, abordar os tipos de sociólogos e, depois, afunilar para o conceito do subtipo profissional que, em teoria, é a categoria que mais recorre às especializações – enquanto o sociólogo do subtipo pesquisador se forma, pelo menos oficialmente, na especialização *stricto sensu*, cursando mestrado e, posteriormente, doutorado.

Antes dos tipos de sociólogo, podemos trazer à tona uma definição que é a da própria sociologia: simultaneamente, ela é ciência - “conjunto de instrumentos cognitivos, conhecimentos e práticas de investigação” (SILVA, 2019, p.9) – formação – “processos de transmissão e aprendizagem dos conceitos, teorias, metodologias e procedimentos técnicos e relacionais que acompanham a construção de perspectivas” (SILVA, 2019, p.9) – e profissão - a diversidade de papéis e práticas profissionais dos seus diplomados, bem como para os processos de constituição dos sociólogos enquanto agrupamento profissional (SILVA, 2019, p.9). Ou seja, o sociólogo seria o pesquisador acadêmico, o professor universitário - que não se enxerga como professor, mas sim como o sociólogo de tipo mais “puro” -, o mestre, o doutor ou o bolsista de pós-graduação que atuariam, preferencialmente, em universidades públicas. Além deles, existem também os sociólogos não-acadêmicos/de mercado/extra-acadêmicos (BALTAR, BALTAR, 2017; SILVA, 2018).

Quanto às perspectivas possíveis sobre o fenômeno, vamos começar pelas ideias de Burawoy (2009). A primeira delimitação que ele faz é de público-alvo: a primeira vertente é feita de sociólogos para sociólogos, como as 1) sociologia profissional (que resolve problemas científicos em instituições universitárias como ONGs ou mesmo aquelas de natureza extra-acadêmica, 2) crítica, que é reflexiva sobre as teorias sociais. Mas ainda existiria uma sociologia para outras pessoas, a pública, que se divide entre 3) pública tradicional (por meio dos meios de comunicação tradicionais) e 4) pública

orgânica (com o engajamento direto com o público) (PERLATTO, MAIA, 2012).

Outra perspectiva de interesse é também a do grande sociólogo Pierre Bourdieu, que também pensou diferentes concepções do papel público. O autor costumava conceder muitas entrevistas em rádios e para organizações sociais e chegou a participar de alguns documentários (o que encaixa com a concepção de sociologia pública de Buroway, 2009) (VASCONCELLOS, 2002). Por esse motivo, Bourdieu afirmava que a sociologia seria um “esporte de combate”, confrontando com as formas de dominação como se fosse um esporte de luta (RIBEIRO, 2017). Logo, ela não poderia permanecer dentro da academia, o que cria uma imagem de que ela efetiva o engajamento entre atores sociais.

Por fim, podemos lançar mão das teorizações executadas por Braga (2011), que pensa a inserção de cientistas sociais – dos quais fazem parte os sociólogos, os antropólogos e os cientistas em seguimentos não acadêmicos, demonstrando que existe uma grande variedade de ocupações – o que demonstra que não existe uma concepção mais “organicista” dos sociólogos. Logo, a nossa pesquisa se torna relevante na medida em que permite traçar parte dessas trajetórias por meio do que lhes é disponibilizado pelo sistema educacional.

Como esses conceitos iluminam o problema de pesquisa? Além de nos conceder um estado da arte, ela nos permitiu engendrar uma definição de sociologia profissional que difere um pouco da de Buroway (2009), que aparentemente a vincula mais ao terceiro setor: ela se volta para o levantamento e análise de dados para o conhecimento de contextos, sem o fito de buscar nexos causais explicativos - como faria a sociologia acadêmica ou a didática do ensino de sociologia, que buscam conectar o saber abordado com teorias mais amplas, seja para fins teóricos, seja para fins didáticos. A sociologia profissional, portanto, levanta dados e aponta tendências para diferentes fenômenos sociais – sejam eles de interesse de uma empresa, sejam de uma ONG, seja como consultor. E os cursos de especialização ajudariam a aperfeiçoar ou atualizar essas habilidades do sociólogo profissional na medida

em que ofereceriam discussões teóricas mais profundas e a aplicação de técnicas de pesquisa. Portanto, como se trata de uma qualificação profissional que está se exercendo, está-se em jogo uma expectativa social de alcançar esse incremento por meio da certificação. Logo, esses conceitos são essenciais para estabelecer essas expectativas possíveis e estabelecer o fenômeno com mais clareza e distinção.

## **Cursos Lato Sensu e o Ensino de Sociologia no ensino superior**

Nesta seção, vamos apresentar, primeiramente, como se estrutura o ensino brasileiro a partir da constituição e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A seguir, enfocaremos no ensino superior e na divisão entre cursos acadêmicos e profissionais, trazendo debate e dados sobre instituições públicas e privadas e suas respectivas participações nessa seara. Posteriormente, vamos tratar dos *lato sensu*: história, legislação e oferta. Para, por fim, tratar as inserções da sociologia nessa oferta e de sua relação com o mercado de trabalho.

Atualmente, o Brasil possui dois níveis de ensino, o básico e o superior, descritos com mais detalhes na Lei de Diretrizes e Bases de 1996:

### TÍTULO V

Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino

#### CAPÍTULO I

Da Composição dos Níveis Escolares

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - educação superior (BRASIL, 1996, s/p).

A pós-graduação pertence ao nível superior, e se divide entre cursos *strictu sensu* (no sentido mais estrito) e *lato sensu* (no sentido mais amplo). No sentido estrito, são cursos que privilegiam a produção de pesquisas para além da educação em si, daí a divisão entre o Mestrado e o Doutorado. Já no sentido *lato*, o foco é na profissionalização ou na atualização profissional. Como uma definição mais precisa, podemos afirmar que “As pós-graduações



*lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso o aluno obterá certificado e não diploma” (MEC, s/d, s/p). Essas unidades são, atualmente, geridas por programas voltados para esse fim. Como dado interessante, podemos perceber que a rede privada de especializações possui 1.138.107 alunos matriculados, enquanto na Rede pública essa cifra cai para 151.700 discentes (INSTITUTO SEMESP, 2021).

O ensino superior de sociologia no Brasil começou, oficialmente, nos anos 1930, porém a trajetória da disciplina em território tupiniquim é muito anterior:

[A] "primeira etapa" compreende a "Herança Histórico-Cultural da Sociologia". Nela pode-se identificar, em primeiro lugar, o "Período dos Pensadores Sociais", que se estende de meados do século XIX até o início do século XX. Nele não haviam mecanismos institucionalizados de formação e a produção de conhecimento era artesanal, caracterizada por ensaios eruditos, influenciados pela literatura sociológica e filosófica de origem europeia ou norte-americana [...] O segundo período é o da "Sociologia de Cátedra", iniciado com a instalação das cátedras em escolas normais, em meados da década de 1920 e posterior criação de cursos acadêmicos em Ciências Sociais no início da década de 1930. É o período em que a Sociologia implanta-se decisivamente no ambiente universitário, pela criação de cátedras, cursos de graduação em Ciências Sociais (1933 - Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo - ELSP; 1934 - Universidade de São Paulo - USP e outros), e a implantação pioneira da pós-graduação em Sociologia e Antropologia em 1941 na ELSP (TOMAZI, 2001, p. 229)

Essas iniciativas pontuais e ensaístas ajudaram a criar certa demanda pela educação formal. Ou seja, a graduação começou na década de 1930 e a Pós-Graduação em sociologia começou nos anos 1940, oferecido por uma IES individual. Porém, a iniciativa foi mais isolada, sem um sistema consolidado a nível nacional. Isso foi ocorrendo paulatinamente:

A "segunda" é a "Etapa Contemporânea da Sociologia" e refere-se aos períodos da "Sociologia Científica" e de "Crise e Diversificação". O primeiro período é "caracterizado pela consolidação institucional, sob a égide do funcionalismo, de uma concepção empírico-positiva do ensino e da pesquisa em Sociologia" (LIEDKE FILHO, 1990, p.7).

Nele o ensino e a pesquisa sociológicas expandiram-se, tendo em Florestan Fernandes um dos maiores expoentes na formação de uma nova geração de Sociólogos a partir da USP (TOMAZI, 2001, p. 229)

A partir desse momento histórico, foi se formando uma rede de pesquisadores, a qual foi se erigindo em diferentes partes do país:

[...] este foi o período de implantação definitiva e de grande expansão da pós-graduação *stricto sensu* em Sociologia, cuja consolidação se iniciou entre 1985 a 1988, concretizando-se mais amplamente durante os anos 1990 (COLOGNESE, 1998, p.27). Os reflexos desta consolidação se fizeram notar no aumento significativo de docentes titulados e de publicações na área, pulverizados nas diversas IES do País (TOMAZI, 2001, p. 229)

Mas a história da pós-graduação em sociologia não se desenvolve paralelamente à história brasileira, sem interpenetrações. É preciso, também, pensar em termos mais globais, na medida em que as IES não oferecem apenas a pós-graduação em sociologia e dependem do contexto nacional com relação à economia ou políticas públicas. A expansão do sistema educacional brasileiro ocorreu paulatinamente após a LDB de 1996. Porém, a pós-graduação, em específico, foi bastante fortalecida na época da Ditadura Militar: “As pesquisas históricas evidenciam que foi o regime militar que, em aparente contradição, elegeu como prioridade a formação do pesquisador e docente no contexto universitário” (HOSTINS, 2006, p. 133). Com a redemocratização, podemos perceber planos de desenvolvimento, com o destaque para dois planos. O primeiro é de 1968:

Esse Parecer [o I] distinguiu dois tipos de pós-graduação, os cursos de *stricto sensu* e os de *lato sensu*. Na primeira categoria, incluiu o mestrado e o doutorado, cujo objetivo seria de natureza acadêmica, de pesquisa e de cultura, tendo como compromisso o avanço do saber. Esses cursos, na medida em que estariam ligados à essência da universidade, deveriam se constituir atividades regulares e permanentes e conferir diplomas de mestre e de doutor, sendo que esse último corresponderia ao nível mais elevado na hierarquia dos cursos superiores [...] Ao regulamentar os cursos de pós-graduação, a Lei 5540/68, em vários de seus artigos, incorporou os princípios e recomendações que encontravam-se contidas no Parecer 977/65. Dessa forma, por exemplo, o artigo 17 separou claramente os cursos de pós-graduação *stricto sensu* da modalidade dos cursos de

especialização e aperfeiçoamento, que foram incluídos na categoria *lato sensu* (MARTINS, 2018, p.19)

Este primeiro plano, portanto, regulamenta os diferentes tipos de pós, o que abre espaço para o fenômeno que estamos investigando, que são os cursos *lato sensu*. A prioridade, no entanto, continuou sendo o *stricto sensu*. O parecer seguinte pareceu inverter o jogo:

Além de manifestar uma preocupação com a formação de recursos humanos para o mercado de trabalho não-acadêmico, o II PNPG dava uma certa ênfase nos cursos de pós-graduação *lato sensu* nas diferentes áreas, com o objetivo de criar alternativas para os alunos e para atender a demanda de mão-de-obra altamente especializada (MARTINS, 2018, p.21)

Nesse ponto, portanto, houve um incentivo para os cursos *lato sensu*, pois se estava pensando na formação de mão-de-obra. Note-se, no novo contexto, o *lato sensu* se coloca como vantajoso, afinal ele seria (a) profissionalizante e (b) não necessariamente financiado, cumprindo uma função instrumentalizadora e complementar dos investimentos estatais na graduação.

Para, por fim, tratar as inserções da sociologia nessa oferta e de sua relação com o mercado de trabalho.

Para uma aproximação mais efetiva entre a formação acadêmica universitária e a profissão de sociólogo, é necessário que nas disciplinas se incorporem conhecimentos metodológicos que a profissão requer. Mestrados profissionalizantes podem ser um caminho, assim como a pós-graduação *lato sensu*. Mas o principal é a vinculação da capacitação do sociólogo dentro do sistema de pós-graduação *stricto sensu* (BALTAR, 2017, p.271).

Como podemos observar, a profissão do sociólogo no setor público praticamente necessita das habilidades de uma pós-graduação – nesse caso, o recomendado de fato é a pós-graduação *stricto sensu*, o que reforça o argumento de que a especialização possua elementos que habilitem para o exercício profissional. Logo, um sociólogo que procure atuar no mercado de trabalho poderá se enquadrar como público-alvo para esta modalidade de

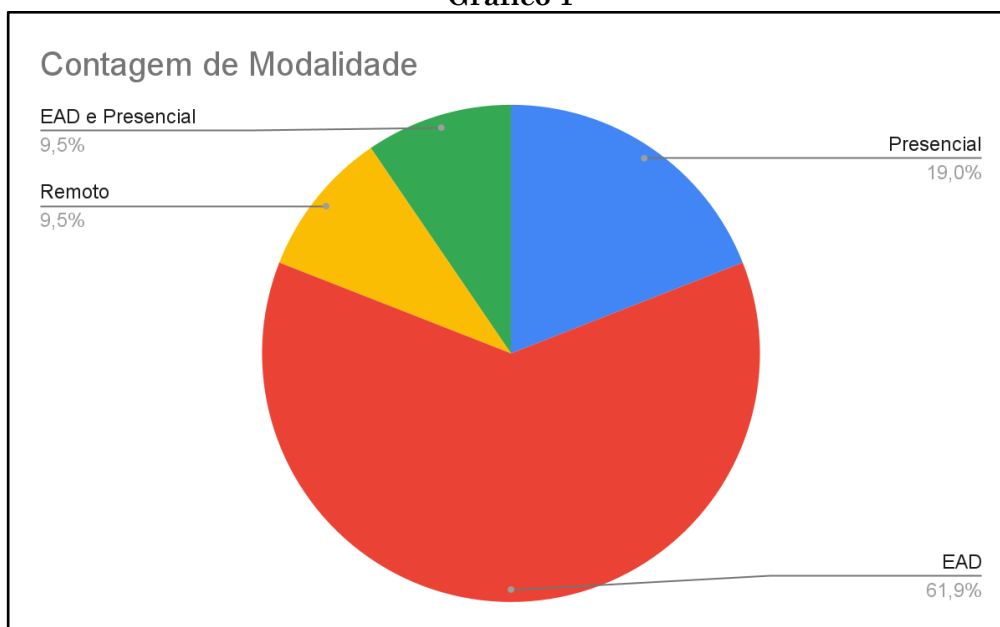
curso. Cabe ressaltar que, atualmente, para se lecionar em Universidades é obrigatório ao docente pelo menos o título de mestre; nos Institutos Federais e na rede pública de educação básica bastam, ao menos, a graduação e uma especialização para a aprovação nos concursos. Mas no setor privado, em tese, bastaria apenas o diploma de graduação para a atuação na graduação. Então por que esses profissionais buscariam uma pós em lato sensu? Um indício pode ser encontrado nas propagandas de faculdades: elas propagam que o corpo docente é pós-graduado e os professores são apresentados nos seus sites institucionais, incluindo os seus currículos lattes – o que pode ser vital para fechar o negócio. Feito este quadro, como podemos refletir sobre a situação atual por meio dos nossos dados empíricos?

## **Resultados e Discussões**

Nesta seção vamos abordar os dados quantitativos que foram tratados a partir da análise gráfica (univariada) e do cruzamento entre variáveis (bivariada) - seguindo os preceitos de Gil (2008) e Minayo (2001), que descrevem esses procedimentos como essenciais para estabelecer relações entre as variáveis e assim tornar o fenômeno mais complexo, para além da descrição. Dado o pequeno número de variáveis, não se efetuará aqui uma análise extensa, de modo que vamos poder nos debruçar sob muitos aspectos da realidade vivida com mais detalhamento.

Vamos iniciar pelas modalidades, expressas em sua proporção no gráfico 1:

Gráfico 1



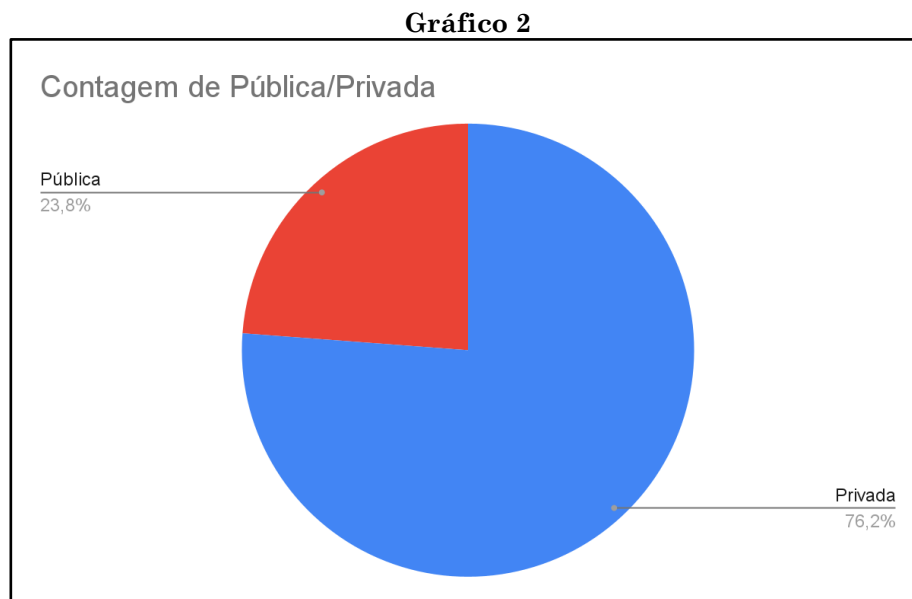
**Fonte: autoria própria.**

Podemos observar a prevalência do ensino a distância com relação aos demais, seguido do ensino presencial. Isto a despeito da pandemia ter "empurrado", por força de lei, muitas das aulas presenciais para a modalidade remoto. Isso, é claro, pode indicar a preferência desse público por aulas presenciais do que pelas remotas – uma vez que as aulas presenciais são mais preferidas do que as aulas de cursos remotos, e não se pode deixar de marcar que a modalidade híbrida ainda foi pouco expressiva - que é muito rica para o ensino de sociologia, por conta das redes sociais.

Com relação aos dados empíricos, há uma coadunação com uma tendência global de expansão da EAD “cresceu mais rapidamente o segmento de Educação a Distância (EaD), passando de 14,6% das matrículas em 2010 para 23,3% em 2018” (BIELSCHOWSKY, 2020, p.242). Como podemos perceber, há uma grande diferença entre os números, o que demonstra que no aspecto mercadológico mais amplo, não há um descompasso significativo entre a sociologia e outras especializações: houve um crescimento de 23,3% no geral e 61,9% para a atualidade na sociologia, mas essa tendência também é percebida no geral: “Dos 20 [cursos EAD em Sociologia] criados entre 2000 e

2007, 14 (70%) são nessa modalidade, ou 56% do total de cursos existentes até então” (OLIVEIRA, 2016, p.265).

Outro dado muito interessante está no gráfico 2:



**Fonte: autoria própria.**

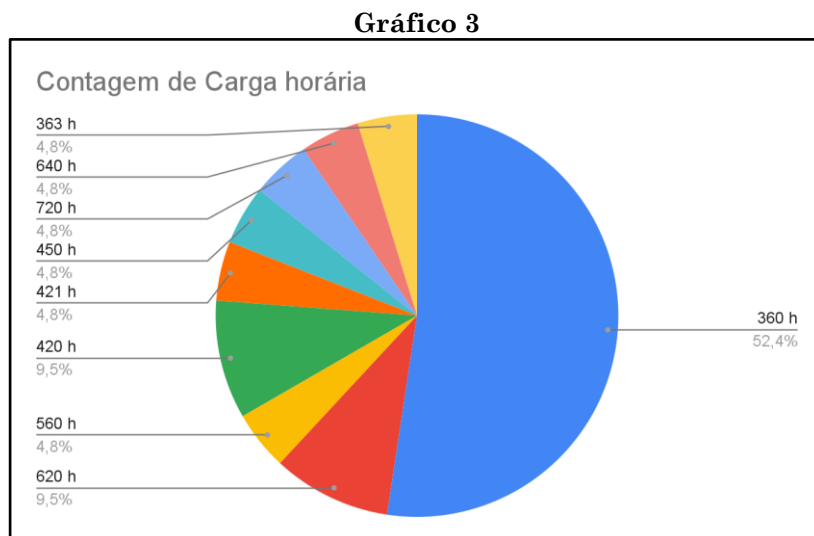
Surpreendentemente, a iniciativa privada é quem mais oferece a pós em sociologia, o que contraria a nossa hipótese inicial de que são as instituições públicas que oferecem esse curso: há interesse (e muito) da dimensão privada. Ou seja, há algum apelo por esse curso e a formação de turmas ocorre, de fato. De uma perspectiva de revisão bibliográfica, podemos perceber uma divergência:

Esses dados permitem inferir que é ainda o setor público de ensino o responsável por uma distribuição regional menos desigual do sistema, assegurando o funcionamento, nos estados mais pobres, de instituições e cursos para além da lógica de concentração que o mercado privado de educação estabelece (TORINI, 2012, p.21).

Como podemos observar, o setor público, para Torini (2012), é o indutor do ensino de sociologia, porém os dados aqui indicaram que, no caso da especialização, quem a concentra a oferta da pós *lato sensu* é a iniciativa privada. Apesar de ela não ser tão geograficamente capilarizada, ela permite um grande alcance por meio dos polos e da EAD. Implicações epistemológicas e éticas do fenômeno podem ser

discutidas, porém o acesso formal a especialização em sociologia acaba sendo efetivado.

Outra questão é a do gráfico 3:



**Fonte: autoria própria.**

A carga horária, mormente, tem sido a estabelecida por lei, porém a variação é bastante alta, o que indica que há procura por mais horas na certificação final. Logo, pesquisas futuras devem se debruçar em entender o porquê dessa variação positiva de horas: seriam para seleções? Seriam para progressão de carreira?

A partir desse ponto, podemos abordar um estudo bivariado. Uma primeira apreciação pode ser tecida na tabela 2:

**Tabela 2**

<i>Carga horária</i>	Privada	Pública	Total geral
360 h	25,00%	25,79%	50,79%
363 h	8,33%	-	8,33%
420 h	3,17%	7,94%	11,11%
421 h	3,57%	-	3,57%
450 h	5,16%	-	5,16%
560 h	1,98%	-	1,98%
620 h	4,37%	-	4,37%
640 h	7,54%	-	7,54%
720 h	7,14%	-	7,14%
<b>Total geral</b>	<b>66,27%</b>	<b>33,73%</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte: autoria própria.**

Podemos observar que, apesar da existência de poucas instituições públicas, elas costumam oferecer a carga horária mínima em um empate técnico com as IES privadas. Seria possível cogitar que elas ofereceriam cursos mais longos por conta de suas características - proximidade com os recursos materiais e humanos dos cursos *stricto sensu*, locais públicos disponibilizados para as aulas, equipe técnica da Universidade, infraestrutura da mesma IES, etc. No entanto, essas instituições oferecem a carga mínima por lei, o que indica que há outras dificuldades no oferecimento do curso e que precisam ser estudadas de maneira qualitativa.

Um outro dado se apresenta no cruzamento entre modalidade e carga horária é mostrado na tabela 3:

**Tabela 3**

<i>Carga horária</i>	EAD	Híbrido	Presencial	Remoto	Total geral
360 h	19,84%	-	22,22%	8,73%	50,79%
363 h	-	8,33%	-	-	8,33%
420 h	11,11%	-	-	-	11,11%
421 h	3,57%	-	-	-	3,57%
450 h	5,16%	-	-	-	5,16%
560 h	1,98%	-	-	-	1,98%
620 h	4,37%	-	-	-	4,37%
640 h	-	7,54%	-	-	7,54%
720 h	7,14%	-	-	-	7,14%
<b>Total geral</b>	<b>53,17%</b>	<b>15,87%</b>	<b>22,22%</b>	<b>8,73%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: autoria própria.

Podemos observar que o EAD possui extrema variação na sua carga horária, enquanto o curso estritamente presencial possui a carga mínima - o que pode ocorrer pelo compartilhamento do espaço físico com outros cursos, algo que não ocorre com as IES privadas, cujos encontros se desenrolam ou de maneira *online* ou com a transmissão em salas. Já o curso presencial tende a se concentrar na carga mínima. Tudo isso indica que os cursos EAD possuem



mais estrutura para gerar carga horária para o aproveitamento dos estudantes.

Por fim, podemos cruzar a modalidade com a fonte de financiamento na tabela 4:

**Tabela 4**

<i>Modalidade</i>	Privada	Pública	Total geral
EAD	40,87%	12,30%	53,17%
Híbrido	15,87%	-	15,87%
Presencial	0,79%	21,43%	22,22%
Remoto	8,73%	-	8,73%
<b>Total geral</b>	<b>66,27%</b>	<b>33,73%</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte: autoria própria.**

Como se pode notar, as instituições públicas privilegiam o ensino presencial em detrimento do EAD, o que se inverte com relação às IES privadas. Talvez o que explique esse quadro seja o modo como as instituições são cadastradas junto ao MEC: as instituições privadas precisam adquirir autorização para começar a operar pelo EAD, e isso implica na criação de muitos cursos à distância, porém esses cursos precisam ter algum tipo de procura prévia por parte dos alunos. De fato, esse tipo de “privatização do EAD” é reverberada pela literatura: “Em particular, no setor privado, a EaD, em 2018, alcançou 29,6% do total de matrículas e 45,7% do total de novos ingressos” (BIELSCHOWSKY, 2020, p.242). Como podemos observar, o EAD é uma tendência bastante expressiva, o que indica certa aderência a um público fiel – que, apesar do alto grau de evasão, adere em massa à essa modalidade. Esses dados entram em consonância com análises de autores como Kuenzer (2017) e Frigotto e Ciavatta (2003), mesmo que eles se refiram ao Ensino Básico: o ensino privado, na leitura desses autores, buscaria uma relação positiva entre investimento e retorno financeiro e nisso a Educação em si mesma seria precarizada, em uma lógica empresarial, que seria um problema para a lógica da prática educativa.

Por fim, podemos realizar um levantamento sobre os tópicos abordados nas grades curriculares. Essa enumeração está posta na tabela 6:

Tabela 6

<b>Disciplinas</b>	<b>Recorrências absolutas</b>
Teoria	35
História da Sociologia	33
Metodologia e Pesquisa	19
Educação	15
Pensamento Social Brasileiro	14
Estudos Urbanos	11
Didática Ensino Superior	9
Política Brasileira	6
Introdução à Sociologia	6
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais	5
Movimentos Sociais	5
Organizações	5
Religião	4
Trabalho	4
Profissional	4
Violência	4
Cultura Digital	3
Políticas Públicas	2
Inovação	2
Estado	2
Estratificação Social	1
Clássicos	1
Projeto De Vida	1
Cidadania	1
Meio Ambiente	1
Comunicação	1
Direitos Humanos	1

**Fonte: autoria própria.**

Apenas o componente "Metodologia e Pesquisa" aponta para o ensino superior. Nos demais são recorrentes e tônica na formação para o ensino na educação básica, que não se aprofunda em subáreas e especialidades da Sociologia, exceto de forma tangencial e aplicada. Os demais tópicos são uma mistura de competências para o mercado com assuntos relacionados com a cidadania, além de um aprofundamento para uma formação mais profissional também, no campo da pesquisa – como demonstra a diversidade de módulos sobre subáreas/especialidades da pesquisa em sociologia - estudos urbanos, violência, trabalho etc. Ou seja, mesmo na pós *lato sensu* a cidadania ainda é o objetivo moral da atuação do sociólogo, dessa vez de uma perspectiva mais instrumental do que investigativa (como poderia ser na pós *stricto sensu*).

O que se depreende desses dados coletados? Como eles, finalmente, se conectam com a teoria? Em primeiro lugar, podemos perceber uma concentração de cursos nos Estados do sul e do sudeste. Isso demonstra que não há uma capilaridade em sua distribuição no território, como ocorre com os cursos *strictu sensu* das universidades federais. Porém estes apresentam um maior alcance na relação entre sua oferta e território. No entanto, esta oferta ocorre por via das instituições privadas, por meio do EAD, o que possivelmente inibe concorrentes IES privadas de menor tamanho. Além disso, é possível, também, estabelecer uma comparação com o *stricto sensu* público: o *lato sensu* possui um perfil mais de irradiação de diversos pontos, dado que existem poucas IES que oferecem cursos para muitas regiões, o que torna essas irradiações no máximo bidirecionais, sem relação entre os pontos atingidos; já a universidade pública possui um perfil menos irradiado, como se fossem arquipélagos mais isolados que tecem uma rede só.

Outra informação é que há certo isolamento da sociologia pós *lato sensu* do *mainstream* sociológico, porque ela não segue a lógica de formação de pesquisadores. A pós *stricto sensu* é, sem dúvida, a mais custosa financeiramente para o aluno, porém ela é abraçada por instituições públicas ou por financiamento, o que já não ocorre com a *lato sensu*, que quase nunca possui financiamento público. Porém, o conteúdo alude diretamente à pós

*stricto sensu* misturando com as bases oferecidas pela graduação - no sentido de atualizar e ao mesmo tempo receber alunos de outras áreas.

Detectamos, também, um tipo de intermédio: o aluno aprende uma parte da sociologia acadêmica (provavelmente os dados), sem o contraponto direto da pesquisa - o Trabalho de Conclusão de Curso não é obrigatório em todos os cursos, e mesmo que o fosse não se trata de uma dissertação ou de uma tese. Os conteúdos são basicamente voltados para a análise da desigualdade, o que aponta semelhanças com o conceito de sociologia profissional mais clássica. Isso nos traz a percepção que a pesquisa acadêmica acaba sendo o cerne da sociologia, e é incontornável.

Outra reflexão é que o ensino médio ainda é o local de concentração de pós em sociologia (mais especificamente o ensino dela). Porém, a retirada da sua obrigatoriedade da disciplina pela Base Nacional Comum Curricular pode alterar esse estado, enquanto a pós *lato sensu* pode ter uma oferta contínua - tópico que merece um estudo quantitativo mais amplo.

A maioria dos cursos analisados possuir o perfil de EAD promove um processo de desterritorialização do ensino da pós em sociologia *lato sensu*. Dessa maneira, os alunos e os professores não se conhecem pessoalmente, o que, para o ensino de sociologia, tem um impacto importante na medida em que as relações entre os próprios envolvidos no processo educativo servem como uma espécie de laboratório para uma análise social mais ampla. As aulas de sociologia produzem um tipo de socialização “socializante” e que transforma os participantes na medida em que cada um dos envolvidos é uma ponte para outras realidades, nas relações que eles estabelecem com outros atores sociais e que trazem para a aula presencial.

Apesar de não ser um dado tratado na pesquisa, visto que nem todas as instituições o mostraram em seu site, os preços totais dos cursos foram muitos díspares. A partir do número consolidado seria possível realizar testes estatísticos para determinar o que influenciaria no preço, tal como feito por Lopes (2021) com relação às plataformas educacionais com professores de sociologia. Outra perspectiva mais interessante é comparar com os preços das

pós em sociologia com os de outras pós lato sensu, como as de medicina e ciência de dados, com o fito de entender o lugar da sociologia enquanto destino profissional, pois muitos desses cursos possuem mensalidades que são mais caras do que o valor integral de um curso de pós inteiro em sociologia.

Para encerrar a análise dos dados, vamos estabelecer a relação desse perfil coletado com a “sociologia profissional”, conforme debatida por Burawoy (2009), Braga (2011) e Bourdieu (1983). Quais competências e habilidades essas formações propiciam aos egressos? E qual a relação dessa “formação” com o mercado? Com relação à primeira indagação, podemos observar que o interesse desses cursos é o de trabalhar com a cidadania e, assim, estão abordando assuntos relevantes para pesquisa em assuntos ligados com a desigualdade social e focando em temas dessa temática, o que tece também uma intersecção com o Ensino Básico - porém de uma perspectiva mais aplicada que este último, pois há significativo material ligado com a teoria e com a metodologia sociológicas e, assim, as habilidades prévias de pesquisa são enfocadas e expandidas. Com relação ao segundo tópico, o conteúdo sociológico abordado se apresentou direcionado para temáticas mais ligadas com áreas afins ao serviço social, o que os aproxima, de fato, do terceiro setor.

A guisa de conclusão, a partir das médias, podemos formular um conceito provisório, porque uma fotografia do momento atual, do fenômeno a partir das suas tendências mais contemporâneas: o curso de pós-graduação em Sociologia *lato sensu* brasileiro acontece pela modalidade EAD, é oferecido por instituições privadas e tem a duração de 360 horas, em média, e são poucas as instituições que a lecionam. Do ponto de vista da contagem, na análise de suas grades curriculares, há indicações de que ele trabalha com assuntos ligados com cidadania, o que o conduz para trabalhar no Terceiro Setor. Assim, a hipótese inicial, a de que seriam cursos oferecidos em numerosas instituições públicas e com cargas horárias mínimas, com enfoque na parte metodológica, fica refutada pelos dados empíricos.

## Considerações Finais

Este artigo tratou do perfil dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Sociologia oferecidos em território brasileiro. Procedemos um estudo quantitativo, construindo um banco de dados com os cursos oferecidos pelas IES segundo as variáveis Região, Estado, Número total de Pós, Instituição, Modalidade, Pública/Privada, Site e registramos também os componentes das respectivas Grades Curriculares. Os dados apontam que essa pós se caracteriza por (a) poucos cursos oferecidos via EAD por instituições privadas e (b) apresentar uma relação diferenciada com a teoria e com a pesquisa, no sentido instrumental, trazendo um curso em IES privadas. O resultante da análise é que os cursos se aproximam do conceito de sociologia profissional mais clássico ao menos na sua grade curricular, que aponta para um foco nos temas ligados à cidadania e na metodologia científica. Isso vai de encontro com a nossa hipótese inicial de estudo, que esperava encontrar uma grande quantidade de cursos oferecidos por Universidades (especialmente as IES Federais), com ênfase nas técnicas e metodologia de pesquisa.

No que esse estudo contribui para o campo de pesquisa no Ensino de Sociologia? Os cursos de especialização são locais de aproximação de profissionais graduados em diferentes áreas com a matéria sociologia, indicando um ponto de confluência que permite refletir sobre distintas sociologias sendo produzidas (e ensinadas) nas sínteses disciplinares a partir de monografias dos alunos ou seus depoimentos em entrevista, por exemplo. Ademais, por se tratar de instituições privadas, compreender as disciplinas que estão sendo oferecidas é uma maneira de entender como o conhecimento sociológico é ressignificado e operacionalizado pelo Mercado de Trabalho, criando contrastes promissores com a pós-graduação *strictu sensu*.

Finalizamos o presente estudo apontando lacunas e ou possibilidades de pesquisas futuras. Não nos furtaremos de apresentar algumas possibilidades: (1) será interessante estudar em séries históricas momentos posteriores e anteriores à escrita deste artigo para produzir uma leitura mais

ampla e diacronica dos aparecimentos e desaparecimentos de programas e suas características, algo útil até mesmo para elaboração de políticas públicas; (2) qual o perfil dos professores desses cursos? Haverá uma espécie de influência da pós *stricto*, por meio dos currículos desses professores, na didática ou nas exigências para com os pós-graduandos? Constrói-se algum híbrido na prática docente?; (3) Como a pós influenciou a prática profissional dos alunos no cotidiano do seu trabalho? Afinal, os números aqui levantados, apesar de apontarem tendências, ainda precisam ser complementados com dados qualitativos robustos.

**Ricardo Cortez Lopes** é graduado em Licenciatura em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestrado e doutorado pela Mesma Universidade. Coordenador de Curadoria de Materiais na IBCMED.  
Contato: [rshicardo@hotmail.com](mailto:rshicardo@hotmail.com)

Artigo recebido em: 11/03/2022

Aprovado em: 15/12/2022

Como citar este texto: LOPES, Ricardo Cortez. Perfil dos cursos lato sensu em Sociologia no Brasil: um estudo quantitativo exploratório. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 08, nº 02, p. 12-37, 2022.

## Referências

BALTAR, Ronaldo; BALTAR, Cláudia Siqueira. A Sociologia como profissão. **Revista Brasileira de Sociologia-RBS**, v. 5, n. 10, 2017.

\_\_\_\_\_. Mercado de trabalho para os sociólogos e a sociologia no ensino médio. **Coletiva**, Recife, Fundaj, n. 10, 2013.

BIELSCHOWSKY, Carlos Eduardo. Tendências de precarização do ensino superior privado no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 36, n. 1, p. 241-271, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BRAGA, Eugênio Carlos Ferreira. Novos elementos para uma sociologia dos cientistas sociais: a situação ocupacional dos egressos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, p. 103-122, 2011.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20/12/1996. Estabelece a lei de diretrizes e bases da educação nacional. In: BRZEZINSKI, Iria. **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 246-266

BURAWOY, Michael. Cultivando sociologias públicas nos terrenos nacional, regional e global. **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, p. 219-230, 2009.

\_\_\_\_\_. Por uma sociologia pública. **Revista de ciências sociais - política & trabalho**, [S. l.], v. 25, p. 9–50, 2006.

DANTAS, Claudia de Carvalho; LEITE, Joséte Luzia; LIMA, Suzinara Beatriz Soares de; STIPP, Marluci Andrade Conceição. Teoria fundamentada nos dados-aspectos conceituais e operacionais: metodologia possível de ser aplicada na pesquisa em enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 17, p. 573-579, 2009.

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 331-354, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOSTINS, Regina Célia Linhares. Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira. **Perspectiva**, v. 24, n. 1, p. 133-160, 2006.

INSTITUTO SEMESP. **Pós-Graduação**. 2021. Mapa do Ensino Superior. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/edicao-11/brasil/pos-graduacao/>. Acesso em: 22/11/2022.



KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 331-354, 2017.

LOPES, Ricardo Cortez. O reforço escolar informal em sociologia na economia gig: exploratório sobre a influência no valor da hora/aula. **Revista Geadel**, v. 2, n. 2, p. 29-53, 2021.

MARTINS, Carlos Benedito. As origens da pós-graduação nacional (1960-1980). **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 13, p. 9-26, 2018.

MEC. **Qual a diferença entre pós-graduação lato sensu e stricto sensu?** Ministério da Educação e da Cultura. Sem. Data. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13072:qual-a-diferenca-entre-pos-graduacao-lato-sensu-e-stricto-sensu#:~:text=As%20p%C3%B3s%2Dgradua%C3%A7%C3%B5es%20lato%20sensu,obter%C3%A1%20certificado%20e%20n%C3%A3o%20diploma.> Acesso em 07/03/2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Documento de Área: SOCIOLOGIA**. Brasília: CAPES, 2016.

OLIVEIRA, Amurabi. A formação de professores de sociologia na região Norte: configurações e tendências. **Novos Cadernos NAEA**, v. 19, n. 1, 2016.

PERLATTO, Fernando; MAIA, João Marcelo. Qual sociologia pública? Uma visão a partir da periferia. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 83-112, 2012.

RIBEIRO, Gabriel Bastos. **A atuação pública e o uso da sociologia em Pierre Bourdieu e Florestan Fernandes**. 2017.

SCHWARTZMAN, Simon. Os estudantes de Ciências Sociais. In: PESSANHA, E. G. da Fonte e VILLAS BOAS, G. **Ciências Sociais – Ensino e pesquisa na graduação**. São Paulo: JC Editora, 1995.

SILVA, Sara Franco da. **A sociologia enquanto campo de profissionalização**. 2019. Tese de Doutorado.

SILVA, Vinícius Alves Barreto da. A epistemologia de Michael Burawoy e seus desdobramentos metodológicos. **Revista direito e práxis**, v. 9, p. 1503-1530, 2018.

TOMAZI, Nelson Dacio et al. A institucionalização da sociologia no ensino superior paranaense. **Revista Mediações**, v. 6, n. 2, p. 227-245, 2001.

TORINI, Danilo Martins. **Formação e identidade profissional: a trajetória de egressos de Ciências Sociais**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

VASCONCELOS, Maria Drosila. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. **Educação & sociedade**, v. 23, p. 77-87, 2002.

---

<sup>1</sup> Segundo o documento de área, o Brasil conta com 30 programas com Mestrado e Doutorado, 30 com apenas mestrado, 2 de mestrado profissional e apenas 1 que oferece somente Doutorado (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016).

<sup>2</sup> Gil (2008, p.162) afirma: “Pode-se estar interessado em verificar como se distribui a população pesquisada em relação a determinada variável”,

<sup>3</sup> Os resultados absolutos, partindo desse critério, foram os seguintes: 7 casos em São Paulo, 8 no Rio de Janeiro, 2 em Minas Gerais, 2 no Rio Grande do Sul e 1 no Paraná. Ressalta-se que muitos resultados encontrados não se referiam ao assunto ou eram repetições de sites encontrados em outras páginas.

<sup>4</sup> As variáveis foram escolhidas dando ênfase a aspectos técnicos (como as ligadas com as Tecnologias da Informação) e geográficos, com o objetivo de fornecer um panorama do Brasil.